



Nro. 35

JULIO – DICIEMBRE

2026

e-ISSN 2451-5965

Recibido: 23/08/2025

Aceptado: 23/06/2026

Pp.1 - 29

 doi.org/10.48162/rev.48.129

“Se ainda existe beleza no rio, agradeça a nós que estamos aqui”: organizações de resistências mediante conflitos hídricos envolvendo representantes do agronegócio e comunidades tradicionais no Brasil

"Si aún existe belleza en el río, agradécelo a nosotros que estamos aquí": organizaciones de resistencia frente a conflictos hídricos que involucran representantes del agronegocio y comunidades tradicionales en Brasil

"If There Is Still Beauty in the River, Thank Us Who Are Here": Resistance Organizations in the Face of Water Conflicts Involving Agribusiness Representatives and Traditional Communities in Brazil

1 | “Se ainda existe beleza no rio, agradeça a nós que estamos aqui”: organizações de resistências mediante conflitos hídricos envolvendo representantes do agronegócio e comunidades tradicionais no Brasil

 José Vitor Palhares dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais,
Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade,
Fundação Osorio,
Brasil
titopalhares@hotmail.com

 Alexandre de Pádua Carrieri

Universidade Federal de Minas Gerais,
Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade,
Fundação Osorio,
Brasil
alexandre@face.ufmg.br

 Alice Oleto

Fundação Getulio Vargas,
Escola de Administração de Empresas de São Paulo,
Brasil
aliceoleto@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar organizações de resistências mediante o conflito pela água envolvendo representantes do agronegócio e comunidades tradicionais na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, Brasil, bem como compreender o papel dessas organizações perante o conflito hídrico. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos no conflito e a análise dos dados foi realizada através da Análise Temática. Os resultados indicam que há múltiplas organizações de resistências envolvidas no conflito hídrico e que elas se manifestam de diversas formas, empreendendo práticas heterogêneas de resistências, como manifestações sutis, cotidianas e simbólicas de contestação até reações de oposição mais diretas e visíveis, evidenciando o caráter multifacetado das organizações de resistências. Buscamos contribuir com a literatura sobre organizações de resistências mediante os conflitos socioambientais ao explicar as resistências utilizando insights teóricos da Ecologia Política, um campo de estudo que tem recebido pouca atenção nos estudos organizacionais, bem como dar mais visibilidade à essas organizações que desempenham um papel fundamental na luta por justiça hídrica.

Palavras-chave: *Organizações de resistência, Conflitos pela água, Agronegócio*

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar organizaciones de resistencia en el conflicto por el agua que involucra a representantes del agronegocio y comunidades tradicionales en la Cuenca Hidrográfica del Medio São Francisco, Brasil, así como comprender el papel de estas organizaciones frente al conflicto hídrico. Para ello, se desarrolló una investigación cualitativa de carácter descriptivo. La recolección de datos se realizó a través de investigación documental y entrevistas semiestructuradas con actores involucrados en el conflicto, y el análisis de los datos se llevó a cabo mediante el Análisis Temático. Los resultados indican que existen múltiples organizaciones de resistencia implicadas en el conflicto hídrico y que estas se manifiestan de diversas maneras, emprendiendo prácticas heterogéneas de resistencia, que van desde manifestaciones sutiles, cotidianas y simbólicas de contestación hasta reacciones de oposición más directas y visibles, evidenciando el carácter multifacético de las organizaciones de resistencia. Buscamos contribuir a la literatura sobre organizaciones de resistencia en los conflictos socioambientales al explicar la resistencia utilizando aportes teóricos de la ecología política, un campo de estudio que ha recibido poca atención en los estudios organizacionales, así como dar mayor visibilidad a estas organizaciones que desempeñan un papel fundamental en la lucha por la justicia hídrica.

Palabras clave: *Organizaciones de resistencia, Conflictos por el agua, Agronegocio*

Abstract

The aim of this paper is to present resistance organizations amid the water conflict involving agribusiness representatives and traditional communities in the Middle São Francisco River Basin, Brazil, as well as to understand the role of these organizations in the water conflict. To this end, a qualitative and descriptive research was conducted. Data collection was carried out through documentary research and semi-structured interviews with actors involved in the conflict, and data analysis was performed using Thematic Analysis. The results indicate that there are multiple resistance organizations engaged in the water conflict and that they manifest in different ways, undertaking heterogeneous practices of resistance, ranging from subtle, everyday, and symbolic forms of contestation to more direct and visible reactions of opposition, highlighting the multifaceted nature of resistance organizations. We seek to contribute to the literature on resistance organizations in socio-environmental conflicts by explaining resistance through theoretical insights from political ecology, a field of study that has received little attention in organizational studies, as well as by giving greater visibility to these organizations that play a fundamental role in the struggle for water justice.

Keywords: *Resistance organizations, Water conflicts, Agribusiness*

1. Introdução

Os conflitos socioambientais têm se intensificado nas últimas décadas no Brasil e no mundo, especialmente em torno do acesso, uso e controle de recursos naturais, como a água (Peixoto *et al.*, 2022). No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e ambientais, os conflitos hídricos tornaram-se expressões emblemáticas das disputas por territórios, modos de vida e modelos de desenvolvimento, e estão presentes em todas as regiões do país (Comissão Pastoral da Terra [CPT], 2025; Santos *et al.*, 2026).

Neste artigo, ao invés de compreendermos os conflitos hídricos a partir de uma noção genérica de escassez da água doce disponível no planeta, enquanto resultado da discrepância entre oferta e demanda de água ou do elevado crescimento populacional e da falta de regulação do mercado, partimos do pressuposto de que os conflitos hídricos têm um caráter inerentemente político, já que são decorrentes de desigualdades históricas no acesso e usos da água entre os diferentes atores sociais e geralmente expressam assimetrias de poder (Zwarteveen & Boelens, 2014).

Os conflitos e a escassez hídrica atingem de forma desigual os diferentes grupos sociais (Rodríguez-Labajos & Martínez-Alier, 2015). Há, de um lado, grandes produtores rurais que estão interessados na água enquanto um insumo produtivo, instrumentalizada e explorada como fonte geradora de riqueza; e, de outro lado, populações locais e comunidades tradicionais, cujo principal interesse reside na necessidade do acesso e uso das águas para a sobrevivência e manutenção de seus modos de vida (Santos & Oleto, 2023). Esses diferentes atores sociais possuem formas distintas de conceber e se relacionar com a natureza, o que nos leva a reconhecer os plurais e multifacetados projetos de sociedade, revelando assimetrias de poder impressas nas dinâmicas socioambientais (Duarte-Abadía & Boelens, 2016).

Nesse cenário de tensões e assimetrias de poder, emergem organizações de resistências formadas ou lideradas por populações afetadas, movimentos sociais, coletivos territoriais e redes de apoio. Essas organizações têm desempenhado papel central na mobilização política, na produção de saberes contra-hegemônicos e na construção de alternativas para a gestão da água (Rodríguez-Labajos & Martínez-Alier, 2015; Zhouri, Laschefski, & Pereira, 2005), desafiando os discursos dominantes de progresso e produtividade promovidos por representantes do agronegócio.

Há diferentes estudos nacionais e internacionais que buscam explorar a atuação de organizações de resistências e movimentos sociais mediante os conflitos socioambientais, o que direciona o desenvolvimento deste estudo. Dell'Angelo *et al.* (2021), por exemplo, caracterizaram diferentes dinâmicas de mobilização social “vindas de baixo” que emergiram de conflitos socioambientais advindos da expansão do agronegócio. Martins *et al.* (2022) analisaram a formação histórica e a organização de movimentos sociais mediante conflitos socioambientais envolvendo atingidos por empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil.

Banerjee *et al.* (2021) pesquisaram três movimentos de resistência no Brasil, Chile e Índia, onde grupos indígenas resistem aos conflitos socioambientais gerados por operações de mineração em suas terras. Há, ainda, diversos estudos que buscam explorar movimentos sociais que tem se constituído como meios de resistências à hegemonia do agronegócio no Brasil, como Naves e Fontoura (2022).

Nesse contexto, Moura *et al.* (2024) destaca a importância da compreensão das dinâmicas de movimentos de resistência mediante os conflitos territoriais intensificados pelo agronegócio na América Latina. Entretanto, ainda há poucos estudos que buscam investigar a complexidade e as dinâmicas de organizações de resistências e movimentos sociais especificamente no contexto dos conflitos pela água (Banerjee *et al.*, 2021; Madrigal *et al.*, 2024). Com base nisso, o problema de pesquisa que este estudo busca responder é: Como se dá a atuação de organizações de resistências frente ao conflito pela água na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco envolvendo representantes do agronegócio e comunidades tradicionais?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar organizações de resistências mediante o conflito pela água envolvendo representantes do agronegócio e comunidades tradicionais na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, bem como compreender o papel dessas organizações perante o conflito hídrico. Tendo em vista que o atual modelo de gestão de recursos hídricos no Brasil não consegue promover o direito humano universal à água de qualidade (Peixoto *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2026), é necessário identificar e fortalecer organizações de resistências que problematizem o agronegócio e os conflitos hídricos produzidos e intensificados por tal atividade, lutando por justiça hídrica.

Do ponto de vista teórico, nosso estudo busca contribuir para os Estudos Organizacionais trazendo para o debate a atuação de outras formas organizativas que têm se constituído como meio de resistências aos conflitos hídricos produzidos e intensificados pelo agronegócio no Brasil, uma vez que ainda há pouca atenção na área à identidade de movimentos sociais rurais e à construção de resistências (Banerjee *et al.*, 2021; Daskalaki & Kokkinidis, 2017; Naves & Fontoura, 2022). Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece subsídios para dar mais visibilidade e fortalecer organizações de resistências perante os conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio, que desempenham um papel fundamental na luta por justiça hídrica e pela garantia do direito humano universal à água de qualidade.

2. Referencial Teórico

2.1. Conflitos socioambientais pela água gerados e intensificados pelo agronegócio

Os conflitos socioambientais, também conhecidos como conflitos ecológico-distributivos, são aqueles resultantes da disputa/confronto entre diferentes atores sociais que possuem interesses e lógicas distintas em torno do uso e da apropriação dos recursos naturais. A distribuição ecológica dos conflitos ecológico-distributivos se refere às assimetrias ou desigualdades sociais,

espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos pela apropriação da natureza, como um sistema de suporte da vida, que vão caracterizar a constituição dessas disputas (Rodríguez-Labajos & Martínez-Alier, 2015).

No Brasil, o avanço do agronegócio, caracterizado pela monocultura, uso intensivo de agrotóxicos, concentração fundiária e desmatamento, tem gerado uma série de conflitos socioambientais em diferentes regiões do país, especialmente em áreas de expansão agrícola (Palhares *et al.*, 2026). Esses conflitos não envolvem apenas a disputa pelo uso da terra, mas também a destruição de modos de vida tradicionais, a degradação ambiental, a exploração humana, intoxicações agudas e crônicas, a exclusão de populações historicamente vulneráveis e conflitos pelo acesso e usos da água (Pignati *et al.*, 2022).

A água desponta entre as principais causas de conflitos socioambientais no Brasil e no mundo, e o agronegócio figura como um dos principais responsáveis por essas disputas, não somente pelo uso excessivo dos recursos hídricos na irrigação, que compromete as bacias hidrográficas e o abastecimento de comunidades, como também pela contaminação e ressecamento de corpos d'água (Scantimburgo, 2016). Segundo dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2021), a irrigação concentra mais da metade da água retirada dos mananciais no Brasil, evidenciando a centralidade do setor agropecuário na apropriação dos recursos hídricos. O estudo mostra um crescimento de 1427% da agricultura irrigada no país entre os anos de 1960 a 2015, e há uma projeção de aumento de 45% da área irrigada no Brasil entre 2015 e 2030. O estudo mostra também a evolução da demanda pelo uso da água para fins de irrigação, que precisa de água em grande quantidade e boa qualidade, cujo consumo deve aumentar 42% de 2015 a 2030. Paralelamente, os registros da Comissão Pastoral da Terra indicam a persistência e a ampliação dos conflitos pela água no Brasil, com um aumento de 172, em 2015, para 230, em 2023, alcançando 266 casos em 2024, afetando principalmente comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares em diferentes regiões do país (CPT, 2025).

Os conflitos pela água têm se disseminado devido a um modelo de desenvolvimento econômico baseado no neoextrativismo, que agrava as injustiças sociais e ambientais, disfarçadas sob a ideia de modernização e avanço social. A intensificação desses conflitos pelo agronegócio ocorre dentro de uma ordem econômica e político-ideológica sustentada pela acentuada dependência econômica das exportações demandada pelos países desenvolvidos, apesar dos alertas sobre a insustentabilidade ambiental e a volatilidade de uma economia baseada em *commodities*, o que Svampa (2013) denomina de “consenso das *commodities*” na América Latina.

Segundo a autora, esse consenso envolve grandes empreendimentos econômicos, monoproduções e uma lógica destrutiva da ocupação dos territórios, consolidando um estilo de desenvolvimento neoextrativista que, enquanto gera benefícios econômicos, também produz novas assimetrias e conflitos socioambientais na América Latina. A produção e exportação de *commodities* do agronegócio, embora favoreçam *superávits* comerciais nos países

latinoamericanos, ocultam um conjunto de externalidades negativas que não são contabilizadas na formação dos preços dessas *commodities*, garantindo a competitividade desses produtos no mercado internacional (Svampa, 2013).

Para a Ecologia Política, essa expansão do agronegócio e transformação da natureza em *commodities* acentuou os conflitos socioambientais em áreas urbanas e rurais, inclusive os conflitos pela água, em decorrência da desigualdade no acesso e usos dos recursos hídricos (Moura *et al.*, 2024). Os conflitos hídricos envolvem, muitas vezes, disputas pela apropriação do uso da água entre, de um lado, populações locais que ocupam espaços desejados pelo capital — como ribeirinhos, quilombolas, indígenas e pescadores — e, de outro lado, Governo Federal, estados, fazendeiros, empresários e empresas de diversos segmentos, como empreiteiras, mineradoras e agroexportadoras. Esses diferentes atores sociais possuem formas distintas de conceber e se relacionar com a natureza, o que nos leva a reconhecer os plurais e multifacetados projetos de sociedade, revelando assimetrias de poder impressas nas dinâmicas políticas e sociais (Duarte-Abadía & Boelens, 2016).

Portanto, no contexto dos conflitos socioambientais, movimentos sociais, ONG's, acadêmicos ambientalistas e as próprias comunidades tradicionais, como populações ribeirinhas, indígenas, pescadores rurais, quilombolas e pequenos agricultores podem ser compreendidos como organizações de resistências, pois muitas vezes se mobilizam para travar lutas de resistência frente aos conflitos e às estratégias de apropriação e transformação do território e da água (Zhour, Laschefski, & Pereira, 2005).

2.2. O papel de organizações de resistências mediante os conflitos socioambientais

O conceito de resistência já tem sido abordado há algum tempo e de maneira diversa no campo dos Estudos Organizacionais, refletindo distintas concepções teóricas sobre poder, controle e agência dos sujeitos, ainda que nos últimos anos tem havido um interesse renovado na resistência em torno das organizações. Tradicionalmente, a resistência era concebida como uma reação direta e visível a formas explícitas de dominação ou controle dentro das organizações, frequentemente associada a comportamentos de oposição abertos, como greves, protestos ou desobediência formal (Mumby *et al.*, 2017).

Porém, muito do que era debatido sobre o tema ficava restrito ao meio empresarial e ao local de trabalho, ignorando outras formas de organização e forças mais amplas da sociedade civil que desafiam os discursos de gestão e políticas neoliberais (Otto & Böhm, 2006). Portanto, vale destacar que no contexto deste artigo “organização é a configuração social da vida” (Bruno, 2007, p. 3), expandindo a noção do conceito para além dos limites da formalidade e do meio empresarial.

Dessa forma, a noção de resistência foi ampliada, incorporando manifestações sutis, cotidianas e até mesmo simbólicas de contestação, e não apenas no ambiente empresarial. Nessa perspectiva, a resistência é entendida não somente como uma reação, mas como um processo social ativo de confrontação de práticas hegemônicas, podendo se expressar tanto em formas organizadas e coletivas quanto em práticas individuais e dispersas (Fleming & Spicer, 2007).

Trata-se de um fenômeno multifacetado, que pode assumir formas explícitas ou implícitas, individuais ou coletivas, locais ou transnacionais, e que desafia tanto as relações de poder tradicionais quanto os discursos normativos que sustentam práticas hegemônicas (Fleming & Spicer, 2007). Essa concepção é particularmente útil para analisar contextos de conflito socioambiental, nos quais diferentes atores organizam-se em torno da defesa de territórios, bens comuns e formas de vida ameaçadas pela lógica do capital.

Autores como Alvesson e Willmott (2002) argumentam que a resistência organizacional não se limita a uma resposta ao controle, mas pode também ser uma forma de construção de identidade e subjetividade diante das estruturas de poder que atravessam diferentes contextos. Nesse sentido, a resistência está intimamente ligada à agência dos sujeitos e à sua capacidade de reinterpretar, negociar e subverter significados dominantes no cotidiano.

Já Courpasson, Dany e Clegg (2012) propõem a ideia de resistência produtiva, destacando o papel ativo e estratégico da resistência na criação de alternativas organizacionais. Para os autores, certas formas de resistência não apenas se opõem à dominação, mas também constroem espaços organizativos autônomos, capazes de propor novos modos de ação coletiva, valores e práticas.

No contexto dos conflitos socioambientais, é possível afirmar que ultimamente tem emergido organizações de resistências em várias partes do mundo que contestam a agricultura corporativa globalizada e a degradação ambiental, contrapondo o discurso de desenvolvimento e lutando por um sistema agroalimentar alternativo e menos predatório (Naves & Fontoura, 2022). Assim, essas organizações não apenas resistem, mas muitas vezes também propõem alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

As organizações de resistências aos conflitos socioambientais são formadas principalmente por associações comunitárias, ambientalistas, ONG's, consumidores ativistas, políticos, acadêmicos e movimentos sociais que compartilham um papel comum de oposição a empreendimentos ou políticas que ameaçam territórios e bens comuns, como a água, a terra e os modos de vida tradicionais (Zhour, Laschefski, & Pereira, 2005). Os membros das comunidades tradicionais geralmente ainda vivem às margens do sistema político, não são comunicados das decisões sobre o acesso e uso dos recursos do meio do qual fazem parte, não possuem políticas públicas voltadas à sua subsistência e de seus territórios e, portanto, resistem de diferentes formas às violências advindas dos conflitos socioambientais que os permeiam (Zhour, Laschefski, & Pereira, 2005). Nesse caso, como afirma Porto-Gonçalves (2008, p. 47), "mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo".

As formas de atuação das organizações de resistência em conflitos socioambientais, particularmente nos conflitos hídricos, são diversas, articuladas e contextualizadas a partir das dinâmicas territoriais, dos sujeitos envolvidos e dos interesses ameaçados. Ribeiro *et al.* (2019), por exemplo, evidenciaram um caso de conflito pela água ocasionado pela expansão de monoculturas de eucalipto e

pela seca na região norte de Minas Gerais, em que a própria comunidade local de Almas resiste e desenvolve estratégias para se autorregular, a fim de que não falte água para o consumo doméstico e para as atividades produtivas de subsistência das famílias que ali residem. Otto e Böhm (2006) apresentaram um caso sobre a organização do movimento de resistência do povo de Cochabamba, na Bolívia, contra a privatização da água, que acarretou em uma mudança radical na configuração social da cidade, colocando o povo de Cochabamba como agente ativo na tomada de decisões sobre como os serviços públicos devem ser governados.

Além disso, Valenzuela-Fuentes *et al.* (2021) destacaram que as organizações de resistências empreendem práticas heterogêneas de resistência frente aos conflitos hídricos no Chile, que vão desde as mais institucionais, como ações judiciais e participação formal em processos de avaliação ambiental, até as mais radicais, como a ocupação de espaços públicos, protestos e outras formas de ação direta.

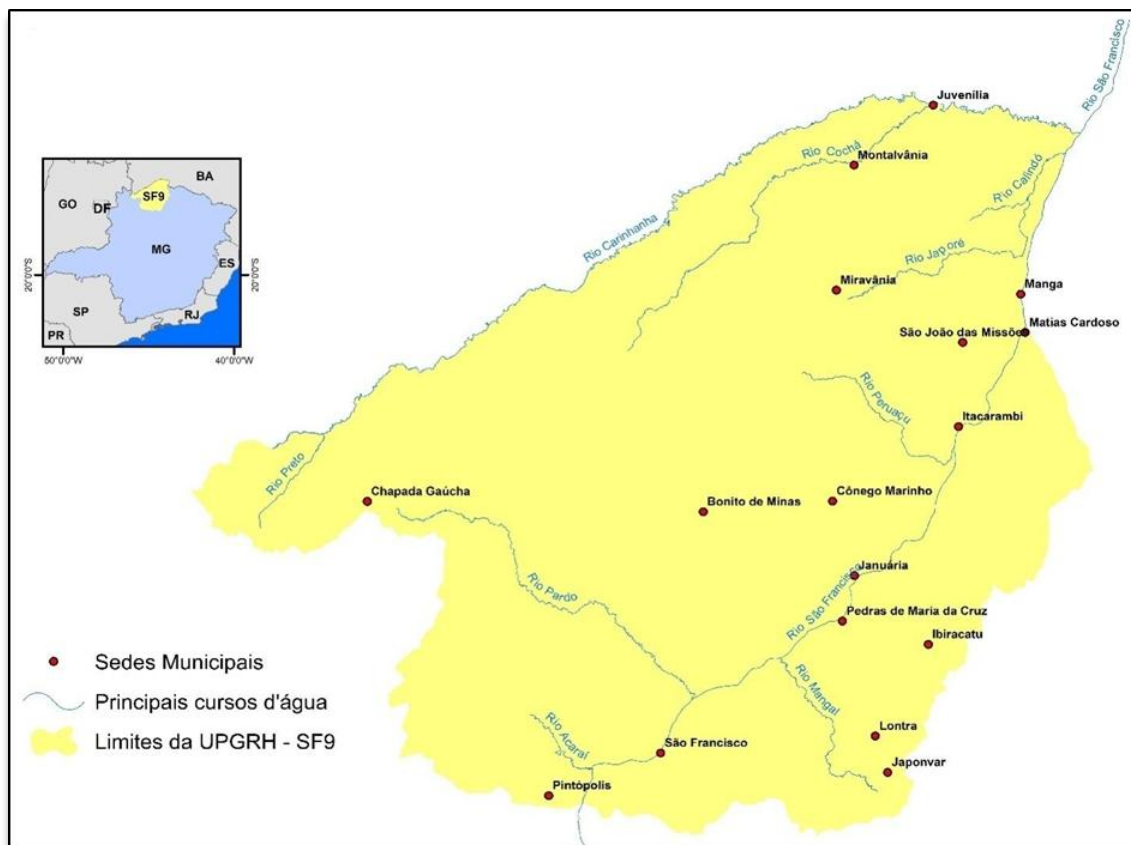
Portanto, compreender o papel das organizações de resistência nos conflitos socioambientais implica reconhecer sua capacidade de articulação política, sua dimensão territorial e identitária, bem como sua potência de propor alternativas para a gestão da água frente à degradação ambiental e à violência estrutural. Essas organizações operam como atores fundamentais na denúncia de violações de direitos, na mobilização comunitária, na produção de saberes contra-hegemônicos, na defesa dos bens comuns e na construção de uma racionalidade ambiental contra-hegemônica (Rodríguez-Labajos & Martínez-Alier, 2015; Zhou, Laschefski, & Pereira, 2005), desafiando os discursos dominantes de progresso e produtividade promovidos por representantes do agronegócio.

3. Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada mediante dados primários e secundários, através de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos no conflito hídrico.

O conflito hídrico no qual estão inseridas as organizações de resistências está localizado no norte de Minas Gerais, Brasil, na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, no município de Matias Cardoso, conforme ilustrado na Figura 1. No mapa, a área destacada em amarelo refere-se aos limites geográficos da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco. Os pontos na figura representam as sedes municipais e as linhas azuis indicam os principais cursos d'água. Nessa região foi implementado o Projeto Público de Irrigação Jaíba, considerado atualmente o maior projeto de irrigação da América Latina e o segundo maior do mundo em área contínua irrigada (Minas Gerais, 2021). Uma consequência da implantação do Projeto Jaíba foi o aumento da produtividade agrícola da região nos últimos anos, a qual tem buscado se tornar referência mundial na produção e exportação de frutas (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco [Codevasf], 2021).

Figura 1. Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do



Médio São Francisco – SF9.

Fonte: adaptado de Instituto Mineiro de Gestão das Águas (2020).

Na zona rural de Matias Cardoso existem grandes fazendas centenárias voltadas para a produção agropecuária e também comunidades tradicionais que vivem as margens do Rio São Francisco, como a comunidade do Quilombo da Lapinha e comunidades vazanteiras de Pau Preto. As comunidades tradicionais veem no consumo intensivo de águas para o projeto de irrigação a maior ameaça à vitalidade do rio, impedindo, em algumas épocas do ano, a produção pelos ribeirinhos de produtos agrícolas para sua subsistência, como mandioca, milho e feijão (Santos & Oleto, 2023).

Porém, não é somente o conflito pela escassez de água que as comunidades tradicionais precisam enfrentar, como também a poluição do rio, contaminado pelo uso indiscriminado de adubos químicos e agrotóxicos para aumentar a produtividade das grandes monoculturas de frutas da região, comprometendo a qualidade das águas para atividades rotineiras, como higiene e uso doméstico (Santos & Oleto, 2023). Tal conflito hídrico revela que o uso múltiplo das águas e a prioridade para o consumo humano em casos de escassez, como preconizado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), são parcialmente atendidos na região, sobretudo nas áreas onde o agronegócio é predominante, prejudicando o alcance da universalização do direito humano à água (Santos & Oleto, 2023).

A pesquisa documental foi realizada com base na proposta de Pimentel (2001), sobre a coleta e organização do material levantado. Consideramos como fontes

de dados da pesquisa documental reportagens de jornais locais da região, notícias e relatórios presentes nos sites da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação Movimento Carta de Morrinhos, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), entre outras fontes.

Também foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas individuais com alguns atores sociais envolvidos no conflito. Os entrevistados foram escolhidos inicialmente por, direta ou indiretamente, estarem vinculados ao conflito hídrico. Os sujeitos de pesquisa foram selecionados através da amostragem por meio da bola de neve (*snowball sampling*) e os convites foram realizados por telefone, e-mail, redes sociais (como Facebook e Instagram) e contato com sites de diferentes instituições (como da Prefeitura de Matias Cardoso, CBH, instituições agrícolas da região e de movimentos sociais), a depender do perfil de cada um.

A delimitação dos entrevistados se deu por um processo de acessibilidade. Houve casos em que os convites foram realizados através de diferentes meios, por diversas vezes, e mesmo assim não obtivemos retorno. Essa situação ocorreu com representantes de empresas agropecuárias e produtores rurais da região de Matias Cardoso, do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), com representantes da Codevasf, com o CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco, entre outros.

Quanto à identificação dos atores sociais entrevistados, vale destacar que, a fim de preservar o anonimato de suas identidades e a confidencialidade de seus dados, eles foram nomeados aleatoriamente com pseudônimos. O quadro abaixo (Quadro 1) ilustra a identificação das pessoas entrevistadas durante a pesquisa.

Quadro 1. Identificação das pessoas entrevistadas e sua relação com o conflito pela água na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco

Pseudônimo	Relação com o conflito
Demétrio	Representante da Prefeitura de Matias Cardoso. Trabalha na Secretaria de Meio Ambiente.
Iara	Moradora da Comunidade do Quilombo da Lapinha
Nereu	Morador da Comunidade de Pau Preto
Sereia	Moradora da Comunidade de Pau Preto
Proteu	Morador da Comunidade do Quilombo da Lapinha
Talula	Moradora da Comunidade do Quilombo da Lapinha
Ulisses	Morador da zona urbana de Matias Cardoso
Maya	Moradora da zona urbana de Matias Cardoso
Tétis	Moradora da zona urbana de Matias Cardoso
Jordão	Morador da zona urbana de Matias Cardoso
Aretusa	Pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito
Marina	Pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito
Douglas	Representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Marvin	Representante do movimento socioambiental Associação Movimento Carta de Morrinhos

Fonte: elaborado pelos autores.

As entrevistas tiveram uma duração média de cerca de 50 minutos cada uma, a partir de roteiros semiestruturados, que foram elaborados observando as especificidades de cada perfil dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas por chamada telefônica ou de forma on-line, por meio de chamadas de vídeo com aplicativos pelo computador, como Google Meet e Zoom.

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Temática, baseado na perspectiva de Braun e Clarke (2006). A análise temática consiste em um método interpretativo de análise qualitativa de dados para identificar, analisar e interpretar temas, permitindo organizar e descrever os dados com riqueza de detalhes através de temas que os representem adequadamente (Braun & Clarke, 2006).

4. Resultados e discussões

4.1. Resistências cotidianas e a invisibilização institucional do conflito hídrico

Em meio ao conflito hídrico mencionado na seção anterior, os membros das comunidades tradicionais e a população local da região não têm assistido de maneira passiva a seus desdobramentos. Ao contrário, desde o início do século XXI, os principais afetados pela escassez e contaminação dos recursos hídricos têm se organizado e se mobilizado na luta por justiça ambiental e pela garantia do direito à água, promovendo movimentos de resistências contra os grandes irrigantes da região e, em alguns casos, contra o Projeto Jaíba.

Tal fato ficou evidente tanto nos relatos dos moradores das comunidades tradicionais entrevistados quanto na pesquisa documental realizada. Sereia, por exemplo, destaca que “sempre que tem oportunidade, que vem alguma autoridade aqui, eu falo que o Rio São Francisco tá secando, que tá pior por causa do Projeto Jaíba, mais poluído. Ninguém faz nada, mas eu falo assim mesmo”. Da mesma maneira, Proteu e Nereu afirmam o que se segue:

Eles não gostam que a gente fala. Às vezes a gente fala em reunião ou quando eles vêm aqui. Mas a Cemig, os fazendeiros, a Votorantim, eles querem deixar escondido, né?! Porque são eles que matam o rio. Então eles querem esconder. E ainda quer limitar o tanto que a gente usa (Proteu – morador da Comunidade do Quilombo da Lapinha).

Os grandes [fazendeiros] têm muito mais direito que a gente, tiram muito mais água que a gente. A gente tira o mínimo e a ANA ainda às vezes cobra o uso. A ANA quer limitar a gente, mas o grande do Projeto Jaíba, ela não limita. E quando a coisa é interessante para o grande, fica difícil pros pequenos. É difícil pros pequenos lutar contra o grande. A gente tenta, mas é difícil (Nereu – morador da Comunidade de Pau Preto).

Esses relatos demonstram como alguns moradores das comunidades tradicionais envolvidas ao conflito hídrico buscam se contrapor e resistir, de maneira isolada, ao Projeto Jaíba e aos conflitos dele decorrentes, apesar das dificuldades que alguns entrevistados relatam em se opor “aos grandes” fazendeiros da região. Essas dificuldades se referem principalmente ao fato de que, embora haja diversas reclamações dos vazanteiros com os órgãos públicos competentes,

como na Prefeitura, pouco ou nada é feito para mudar significativamente a realidade das comunidades tradicionais, como foi relatado também pelas pesquisadoras entrevistadas e pelo próprio representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso, que já ouviu reclamações dos ribeirinhos sobre o assunto, mas que, como na visão deles, não existe conflito, nada foi feito para mitigar ou para atender a demandas dos moradores das comunidades tradicionais.

O que se observa é que esses órgãos públicos muitas vezes desconhecem, ignoram e buscam omitir as reivindicações e ações de resistência dos vazanteiros da região, ao passo que os grandes produtores rurais têm suas demandas atendidas, inclusive em tempos de escassez de água. Isso fica evidente nas entrevistas do representante do Comitê de Bacia Hidrográfica, que é responsável por arbitrar os conflitos pelo uso da água na região, e na do representante da Prefeitura. Segundo Douglas, “nenhuma disputa pelo uso da água especificamente nesse município foi debatida ou objeto de pauta de discussão em reuniões, tanto na Câmara Técnica Consultiva quanto na Plenária do Comitê”. O entrevistado afirma que não tem conhecimento dos interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas no conflito pela água na região de Matias Cardoso e que “não chegou ao conhecimento do Comitê nenhuma solicitação, denúncia ou informações sobre os conflitos”, o que vai de encontro à fala dos membros das comunidades tradicionais. De certo modo, o que fica evidente em um primeiro momento é que as demandas dos ribeirinhos não estão chegando até o comitê e que, portanto, é necessário um acompanhamento mais próximo dessas instituições para com as reivindicações dos ribeirinhos.

As estratégias de gerenciamento de conflitos pela água desenvolvidas pelas agências de recursos hídricos que atuam na região perpassam pela suspensão temporária da retirada de água para irrigação, projetos de conscientização para o uso racional dos recursos hídricos, projetos de recuperação de matas ciliares e proteção de nascentes, monitoramento dos usos da água, alocação negociada e cobrança pelo uso da água (ANA, 2016). Porém, nenhuma dessas ações foi direcionada especificamente para o tratamento do conflito hídrico enfocado neste artigo, apesar de a adoção de algumas delas refletir na dinâmica dessa disputa.

Esse foi o caso, por exemplo, da criação do Dia do Rio (ANA, 2017), que restringiu temporariamente a retirada de água para a irrigação no Rio São Francisco em um dia da semana (depois passou a ser quinzenalmente) e que teve um retorno positivo pelos vazanteiros da região como uma medida que favoreceu o aumento da disponibilidade hídrica. O fenômeno observado pelos vazanteiros é de fácil compreensão, tendo em vista o grandioso volume de água consumido pela irrigação somente no Projeto Jaíba, ainda que a suspensão não recaísse apenas sobre esses produtores rurais, proporcionando a reflexão de como a restrição no uso de água para esse setor pode impactar consideravelmente a disponibilidade hídrica na região.

Convergindo com Douglas, Demétrio, representante da Secretaria de Meio Ambiente de Matias Cardoso, afirma que “o Projeto Jaíba usa muita água, mas não acho que seja a ponto de causar conflito”, e nem acredita que isso venha a

ocorrer futuramente, o que vai de encontro aos relatos dos moradores das comunidades tradicionais. Porém, em outros momentos da entrevista, Demétrio relata uma situação de conflito hídrico vivenciada por moradores da Comunidade da Lapinha ocasionada por um grande fazendeiro da região, a ponto de os ribeirinhos alertarem e pedirem ajuda em algumas reuniões da prefeitura. Mas, mesmo assim, para ele, essa situação também não se caracteriza como um conflito pela água.

Desse modo, fica evidente que, enquanto moradores das comunidades tradicionais e diversas outras organizações de resistências denunciam a apropriação desigual da água e a poluição na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, instituições formalmente responsáveis pela gestão e mediação dos conflitos hídricos, como o Comitê da Bacia Hidrográfica e a Secretaria de Meio Ambiente do município, que poderiam ser importantes organizações de resistências mediante a disputa, não reconhecem a existência do conflito.

Essa negação institucional contribui para a invisibilização das disputas e das desigualdades socioambientais vivenciadas pelas comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que enfraquece mecanismos de participação e justiça hídrica. Tal postura revela uma assimetria de poder no campo da governança da água, onde agentes estatais e colegiados que deveriam desempenhar um papel de mediação e articulação de soluções sustentáveis acabam legitimando interesses dominantes, como os do agronegócio, em detrimento das populações historicamente vulnerabilizadas (Duarte-Abadía & Boelens, 2016).

4.2. Universidades e grupos de pesquisa como redes de apoio e resistências

Sobre a atuação das pesquisadoras entrevistadas, Marina afirma que “nosso grupo de pesquisa tenta fazer parte de uma rede de apoio à essas comunidades [tradicionais]. E a gente tenta animar as lutas desses povos, como a luta pela revitalização do São Francisco”. A entrevistada afirma ainda que seu grupo de pesquisa inclusive já construiu termos de compromisso junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), mas “eles [IEF] sempre voltam atrás e não cumprem o combinado”. Ambas pesquisadoras disseram ter conhecimento apenas de medidas paliativas para resolução do conflito e que pouco surtem efeito na realidade das comunidades tradicionais, apesar de reconhecerem sua importância em determinados momentos, como é o caso do “Dia do Rio”. Converging com Marina, Nereu afirma que “de vez em quando a Unimontes vem aqui ajudar a gente. Só que não tem jeito não. Porque investiram muito dinheiro nele [Projeto Jaíba], veio muita gente de fora pra isso”. Da mesma forma, Iara ressalta que “essa universidade aí [UFMG] e uma outra já tem feito muito por nós durante um tempo. A gente precisa agradecer o trabalho das universidades, que sempre que pode eles tentam apoiar nós”.

Aretusa ainda afirma que as instituições que deveriam mediar os conflitos socioambientais, como a ANA e o Igam, “permitem a captação ilegal de água e a extração ilegal de madeira dos parques. E aí eles vão fazer cerceamento sobre os pequenos, sobre as comunidades, que é quem tem menor poder no campo”. A pesquisa corrobora o fato de que há várias denúncias, “vários boletins de

ocorrência que os vazanteiros fizeram. E nada foi feito pra mudar a situação deles”. O relato da pesquisadora converge com a percepção dos moradores das comunidades tradicionais entrevistados, de que, apesar das diversas denúncias e reivindicações feitas pelos vazanteiros aos órgãos competentes, inclusive com o auxílio de pesquisadores e grupos de pesquisa envolvidos no conflito, pouco é feito de efetivo para mudar a realidade desses grupos sociais. Para Aretusa, tratam-se de “instrumentos que reproduzem uma lógica de poderes muito desiguais”, cujo cerceamento recai sobre as comunidades tradicionais, que é quem tem menor poder no campo. Tal fato demonstra como a legislação vigente, na prática, é um instrumento pouco eficaz na garantia de interesses coletivos sobre a preservação e uso da água e para atenuar os conflitos hídricos, legitimando, muitas vezes, relações de poder que privilegiam os interesses dos grandes usuários, como evidenciado por Peixoto et al. (2022).

De acordo com Aretusa, essa dificuldade em atenuar e/ou conter os conflitos pela água na região se dá justamente porque “depende da visão do agente” o que ele considera como conflito e qual a visão dele sobre a água, sobre desenvolvimento. Para a entrevistada, os conflitos raramente serão resolvidos totalmente, porque “não tem um quadro no judiciário que trabalha com essa perspectiva de justiça ambiental”. Ou seja, para ela, os conflitos pela água extrapolam as tentativas de negociação e resolução técnica e gerencial propostas pelos comitês e pela legislação vigente, uma vez que essas disputas são constituídas de diferentes formas de se conceber e de se relacionar com a natureza, como afirmam Duarte-Abadía e Boelens (2016).

4.3. Ações coletivas de resistências e mobilização social em defesa da água

Existem algumas ações coletivas de resistências para promover os interesses das comunidades tradicionais perante o conflito hídrico na região. No ano de 2015, por exemplo, houve um protesto realizado em Jaíba pelos pequenos produtores rurais (Paula, 2015), com o apoio do Consórcio das Associações Unidas do Projeto Jaíba (Conasup) e da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), em defesa da terra e da água para os pequenos irrigantes, camponeses e trabalhadores da região. Essa ação pode ser considerada um movimento de resistência para promover os interesses desses sujeitos frente aos grandes empresários rurais e às instituições governamentais que atuam no Projeto Jaíba, como a Codevasf, e ilustra o conceito tradicional de resistência, isto é, enquanto uma reação direta e visível a formas explícitas de dominação ou controle, frequentemente associada a comportamentos de oposição abertos, como greves e protestos (Mumby et al., 2017). Além disso, é possível considerar esse movimento como uma estratégia exitosa, uma vez que as demandas dos pequenos produtores rurais foram parcialmente atendidas na época, como a manutenção do fornecimento da água para os pequenos irrigantes com atraso no pagamento das tarifas (Paula, 2015).

Marvin, durante sua entrevista, expôs a “Carta de Morrinhos-MG”, que é um documento originado de uma iniciativa da associação da qual ele faz parte, que promoveu o Encontro do Morrinhos, em 2015, no município de Matias Cardoso, que contou com a presença de pescadores, ambientalistas e moradores das

comunidades tradicionais da região. Nessa carta foi estipulada a “Meta 2020 em defesa da Bacia do Rio São Francisco”, convidando a todos para assumirem “atitudes individuais e coletivas concretas, com autonomia instituinte e coragem, se somando conosco na defesa do Rio São Francisco, sua natureza e seu povo” (Associação Movimento Carta De Morrinhos, 2015, p. 2).

A Meta 2020 estipulada pela carta era constituída de objetivos estratégicos principais e imediatos a serem alcançados em 5 anos (de 2016 a 2020), na totalidade da Bacia do Rio São Francisco, e girava em torno de duplicar o volume de água na bacia, de preservar as lagoas marginais, melhorar a qualidade da água e mobilizar, comunicar e organizar a sociedade para alcançar esses objetivos. Mas a carta também propunha uma mudança “mais radical”, como pode ser visto abaixo:

Chegou a hora de uma mudança radical. Os rios refletem o todo, são eixos de mobilização ecológica. E podemos afirmar que a revitalização do rio São Francisco e demais rios do Brasil, só poderá se dar se ecologizarmos a economia mundial, revertendo o ritmo e as modalidades destrutivas da atual matriz econômica de produção e consumo(...) revitalizar não é priorizar desassoreamento com tratores, aterros sanitários, piscinões, plantar eucaliptos, cana e soja. Não é seguir aumentando a lógica perversa de uma visão meramente comercial, industrial e extrativista que considera os recursos da bacia do rio São Francisco como utilidades de um depósito comercial de material inerte. (...) Uma nova mentalidade assim construída, somente ela, poderá garantir a sustentabilidade da bacia e do rio para todos os usos legítimos, com ou sem fins econômicos e, sobretudo, respeitando o direito à vida de todas as espécies, agora e no futuro. Os fins econômicos devem estar subordinados aos limites ecológicos, o que equivale a ecologizar a economia (Associação Movimento Carta De Morrinhos, 2015, p. 3–6).

Ou seja, para os membros da Associação Movimento Carta de Morrinhos, a preservação e revitalização do Rio São Francisco e, de certo modo, a minimização dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio existentes naquela bacia não envolvem apenas medidas paliativas, “de caráter reparativo local”, mas, sobretudo, a “ecologização da economia mundial”, mudando a matriz econômica de produção e consumo para preservar a natureza. Isso equivale a substituir a lógica destrutiva de uma visão meramente comercial, industrial e extrativista dos “recursos naturais” —na qual “agronegócio contemporâneo está na liderança desse destrutivismo dos ecossistemas” (Associação Movimento Carta De Morrinhos, 2015, p. 5) — para uma nova lógica em que “os fins econômicos devem estar subordinados aos limites ecológicos”, evidenciando, claramente, a necessidade de desnaturalizarmos e propormos alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico vigente baseado no neoextrativismo (Svampa, 2013), a fim de respeitarmos o direito à vida de todas as espécies, hoje e em gerações futuras. Esse caso ilustra como as organizações de resistência não apenas resistem, mas muitas vezes também propõem alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, compartilhando um papel comum de defesa dos territórios e bens comuns, como a água, a terra e os modos de vida tradicionais (Zhour, Laschefski, & Pereira, 2005).

4.4. Vazanteiros em Movimento e a construção da resistência identitária

Outra organização de resistência importante no contexto do conflito em questão é conhecida como “Vazanteiros em Movimento”, que reúne comunidades tradicionais vazanteiras, quilombolas, indígenas e pescadores localizados no Norte de Minas Gerais, como representantes das comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto. Tal mobilização teve início no ano de 2005, quando membros dessas comunidades se viram na condição de atingidos e expropriados pela criação dos parques estaduais na região e buscaram o apoio da CPT para a permanência em seus territórios, constituindo o “Movimento dos Encurralados pelos Parques”. Desde então, vários encontros de articulação interna e externa destas comunidades foram realizados, bem como outras comunidades vazanteiras da região se incorporaram ao movimento, mobilizadas pela revitalização do Rio São Francisco e seus afluentes e expostas a diferentes conflitos socioambientais. Assim, a luta contra o encurralamento foi se transformando a partir de uma série de ações coletivas no campo socioambiental, e o “Movimento dos Encurralados pelos Parques” foi ressignificado para um movimento social e político mais amplo, conhecido atualmente como “Vazanteiros em Movimento” (Anaya & Espírito-Santo, 2018).

Nesse caso, a tomada de consciência sobre a apropriação desigual e a poluição das águas do Rio São Francisco intensificadas pelos grandes produtores rurais da região levou as comunidades tradicionais matienses a se reorganizarem em resistências e reafirmarem sua identidade na luta por direitos. A construção identitária vazanteira é reafirmada no conflito pela água, manifestado explicitamente a partir de antagonismos principalmente com atores sociais que usurparam seus territórios tradicionais e dificultaram seu acesso e uso aos recursos hídricos da região. Assim, como apontado por Alvesson e Willmott (2002), a resistência pode também ser uma forma de construção de identidades e subjetividades diante das estruturas de poder que atravessam diferentes contextos. Nesse caso, a resistência está intimamente ligada à agência dos vazanteiros e à sua capacidade de reinterpretar, negociar e subverter significados dominantes no cotidiano, bem como devido ao modo como se relacionam com águas do rio e com a natureza em geral.

A articulação política e coesão coletiva observada entre os comunitários na busca pela justiça ambiental (e hídrica) reforçam a luta pela água como parte desse constructo identitário, junto à própria autoidentificação enquanto “vazanteiros”. Já essa articulação de resistências ao conflito pela água produz possibilidades de visibilidade das reivindicações e interesses dessas comunidades, e permite revelar ainda possíveis modos de encaminhamento dos conflitos, através da criação de redes de articulação que podem reunir ou acionar autoridades relevantes para o acompanhamento do processo.

Dentre as diversas reivindicações que norteiam a mobilização vazanteira desde a sua criação, o direito à água para as comunidades tradicionais emerge como uma luta central desse movimento, mesmo porque eles dependem diretamente das águas dos rios para sobreviverem. Em 2006, por exemplo, após a articulação de membros dessas comunidades, foi publicada a “Carta Manifesto das Mulheres e

Homens Vazanteiros: povos das águas e das terras crescentes do São Francisco”, assinada por diversos representantes de 12 comunidades tradicionais da região, entre elas representantes das comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, e encaminhada às autoridades dos governos federal e estadual, tornando-se um dos primeiros documentos a dar visibilidade ao modo de vida vazanteiro e às suas lutas socioambientais. Na carta, sucinta, objetiva e potente, que pode ser vista integralmente em Leal e Brandão (2019), entre as diversas reivindicações, os vazanteiros pontuam a necessidade de fazer cessar a degradação do rio e de seus afluentes e de haver uma fiscalização mais rigorosa sobre as atividades econômicas e seus impactos socioambientais na região, sobretudo de grandes fazendeiros e da indústria metalúrgica.

Do mesmo modo, em 2011, o movimento se organizou para dar início à autodemarcação de seus territórios tradicionais e contra os impactos socioambientais do Projeto Jaíba na região, publicando em mídias contra-hegemônicas uma outra carta, em que também fica evidente a defesa feita em relação aos recursos hídricos, como pode ser visto abaixo:

O Rio São Francisco, suas lagoas, matas e ilhas, não podem ficar à exposição de tanta degradação, à inoperância do poder público em garantir a sua proteção, e em garantir os direitos das comunidades ribeirinhas que dele dependem. Há muitos anos viemos denunciando a degradação de suas águas, a violência com que somos tratados, e o que vemos até hoje é o silêncio e a omissão das autoridades. (...) Por todo este descaso, com o rio São Francisco e com os seus povos, é que damos início hoje à autodemarcação de nossos territórios. E não vamos ficar parados. (...) Nós, Vazanteiros em Movimento vamos continuar, à nossa maneira, fazendo a proteção do rio. Vamos cuidar do rio, de suas lagoas, margens e ilhas, que são também o nosso território. Vamos cuidar da nossa maneira. E daqui não vamos sair (CPT, 2011).

Na carta, os representantes das comunidades tradicionais afirmam que não irão ficar parados e que “vamos continuar fazendo a proteção do rio, cuidar das lagoas, margens e ilhas, que são também o nosso território. Vamos cuidar da nossa maneira. E daqui não vamos sair”. Esse trecho ilustra porque as comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de vazanteiros de Pau Preto podem ser compreendidas neste artigo enquanto organizações de resistência, pois muitas vezes mobilizam um processo social ativo de confrontação de práticas hegemônicas, podendo se expressar tanto em formas organizadas e coletivas, em práticas individuais e dispersas e até mesmo através de manifestações sutis, cotidianas e simbólicas de contestação (Fleming & Spicer, 2007).

As comunidades tradicionais podem ser concebidas como organizações de resistência pois persistem ativamente para resistir às diferentes formas de violência impostas pelo conflito hídrico do qual fazem parte, a fim de garantir sua própria existência (Zhour, Laschefski, & Pereira, 2005). Como afirmam os próprios vazanteiros da região, se o rio ainda existe, é graças aos cuidados das comunidades tradicionais que buscam preservá-lo e revitalizá-lo, pois se dependesse apenas dos grandes produtores rurais dali, “até o barulho do rio já estaria desmatado”. Toda essa articulação e constante luta política pelo direito

aos recursos hídricos os tornam reconhecidos como o “povo da resistência, da paciência e da esperança renovada” (Hespanhol, 2015).

Já em 2017, houve o 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, realizado no Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso, onde se reuniram cerca de 100 lideranças de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas. Na ocasião, foram discutidos os conflitos socioambientais enfrentados pela população local e também foram apresentadas várias demandas de comunidades como Pau Preto, Pau de Léguas e do Quilombo da Lapinha, além de refletirem sobre possíveis caminhos de enfrentamento às violações de direitos sofridas pelas comunidades (CAA, 2017).

4.5. Outras organizações de resistências e a luta por justiça hídrica

A CPT também pode ser considerada uma organização de resistência aos conflitos pela água produzidos pelo agronegócio mineiro, já que registra e publica periodicamente essas disputas no Brasil, mostrando a evolução das ocorrências e o número de famílias afetadas, especialmente entre povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Com um papel histórico no apoio às populações mais vulneráveis e sua atuação em defesa dos direitos humanos e da justiça socioambiental, a CPT (2025) afirma que, em 2024, foram registrados 266 conflitos pela água no Brasil, representando o terceiro maior número de casos nos últimos 5 anos. O relatório ainda evidencia que Minas Gerais é o terceiro estado do país com mais casos dessas disputas, que empresários e fazendeiros lideram enquanto principais agentes causadores dos conflitos e que as principais vítimas dessas disputas foram os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos (CPT, 2025).

Há, ainda, outras organizações de resistências que emergem dos conflitos hídricos na região, como o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), a Via Campesina, a Rede Cerrado, o Movimento Atingido por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outras. Porém, não encontramos documentos publicados ou narrativas dos entrevistados que tratem dessas organizações de resistências especificamente no contexto do conflito hídrico aqui abordado, e também não é nosso objetivo neste artigo esgotar todas as possibilidades de organizações de resistências mediante os conflitos hídricos na região.

Dessa forma, as dinâmicas observadas no conflito pela água envolvendo representantes do agronegócio e as comunidades tradicionais na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco revelam um cenário em que as organizações de resistências se manifestam de diversas formas, empreendendo práticas heterogêneas de resistências frente ao conflito hídrico (Valenzuela-Fuentes *et al.*, 2021). Nossos achados demonstram que essa resistência não se restringe a um modelo único, mas engloba tanto a ação organizada quanto as expressões individuais e dispersas de atores sociais, incorporando manifestações sutis, cotidianas e simbólicas de contestação, mas também reações de oposição mais diretas e visíveis, como o protesto em Jaíba, confirmando a perspectiva de Fleming e Spicer (2007) sobre a resistência ser um fenômeno multifacetado.

Organizações como Vazanteiros em Movimento, Associação Movimento Carta de Morrinhos, grupos de pesquisas de universidades, Comissão Pastoral da Terra, entre outras, emergem como atores sociais cruciais em um processo social ativo de confrontação de práticas hegemônicas (Fleming & Spicer, 2007) do agronegócio na região, articulando denúncias, promovendo o debate em outras instâncias e oferecendo suporte às populações afetadas pelo conflito hídrico. Essas iniciativas coletivas representam a dimensão mais visível da resistência, evidenciando a capacidade de mobilização e a busca por justiça hídrica diante do avanço do agronegócio e suas consequências sobre as águas.

Contudo, a pesquisa também revela a presença de práticas individuais de resistência por parte dos membros das comunidades tradicionais. Tais ações, por vezes menos formalizadas, mas também potentes, incluem desde o confronto com autoridades locais, a manutenção de saberes ancestrais do cuidado com a água e a terra, até a recusa em ceder seus territórios.

A mobilização dessas e de inúmeras outras organizações de resistências na região constitui uma resposta política para a permanência de modos de vida tradicionais e pela defesa da universalização do direito ao acesso à água de qualidade (Rodríguez-Labajos & Martínez-Alier, 2015; Zhou, Laschefski, & Pereira, 2005). Nesse contexto, a solidariedade entre os diferentes grupos sociais que constituem as organizações de resistências, como pesquisadores, ambientalistas, comunidades tradicionais e ONG's, é importante e necessária para evitar que a resistência seja marginalizada e também para que o debate e a luta continuem articulados na esfera pública.

Por fim, os resultados desta pesquisa evidenciam ainda o caráter produtivo da resistência (Courpasson, Dany, & Clegg, 2012), ao ilustrar como certas formas de resistência constroem espaços organizativos autônomos, capazes de propor novos modos de ação coletiva, valores e práticas. Nesse caso, as organizações de resistências podem ser compreendidas enquanto espaços de produção e mobilização de conhecimentos sobre as demandas das comunidades envolvidas no conflito, podendo contribuir para a busca por justiça socioambiental; espaços de produção de lutas políticas que problematizem a expansão do agronegócio e o modelo de desenvolvimento vigente, em defesa da universalização do direito humano à água e de um sistema agroalimentar alternativo; espaços de produção de lutas políticas pelo reconhecimento de diferentes narrativas e modos de vida de sujeitos marginalizados e assolados pelos conflitos hídricos, como é o caso das comunidades tradicionais.

5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar organizações de resistências mediante o conflito pela água envolvendo representantes do agronegócio e comunidades tradicionais na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, Brasil, bem como compreender o papel dessas organizações perante o conflito hídrico. Foi visto que há múltiplas organizações de resistências envolvidas no conflito hídrico e que elas se manifestam de diversas formas, empreendendo práticas heterogêneas de resistências, como manifestações sutis, cotidianas e simbólicas de contestação

até reações de oposição mais diretas e visíveis, como no caso de protestos, o que evidencia o caráter multifacetado das organizações de resistência.

Essas organizações atuam em diferentes dimensões do conflito hídrico por meio de múltiplas estratégias: I) atuam na dimensão territorial e identitária do conflito, mobilizando o sentimento de pertencimento ao território como eixo da resistência, ao fazer uma defesa ativa de outras formas de relação com a água e o território na região, realizando ações de vigilância, cuidado, rituais simbólicos e protestos como formas de proteger o rio e denunciar impactos socioambientais; II) atuam na dimensão jurídico-institucional do conflito, acionando instrumentos legais, construindo termos de compromisso junto à outras instituições, elaborando denúncias junto ao Ministério Público e articulando saberes técnicos e jurídicos com os conhecimentos populares; III) atuam na dimensão política do conflito, envolvendo articulações em redes, mobilizações coletivas, campanhas, alianças com universidades, ONGs e movimentos nacionais que lutam por justiça socioambiental e dão mais visibilidade aos conflitos; IV) atuam na dimensão discursiva do conflito, ao construir narrativas alternativas dessas disputas às versões de representantes do poder institucional, muitas vezes consideradas mais “oficiais”, como do comitê de bacia hidrográfica e de representantes da prefeitura; e V) atuam na dimensão epistêmica do conflito, ao produzir e mobilizar conhecimentos situados sobre as demandas das comunidades locais envolvidas no conflito.

Do ponto de vista teórico, buscamos contribuir com a literatura sobre organizações de resistências mediante os conflitos socioambientais ao explicá-las utilizando insights teóricos da Ecologia Política, um campo de estudo que tem recebido pouca atenção nos estudos organizacionais (Banerjee *et al.*, 2021). Ao conectar insights dos estudos organizacionais e da Ecologia Política, elucidamos como formas de resistências emergem de conflitos hídricos e como essas organizações constroem seus repertórios de ação, baseados em ecologias políticas que revelam incomensurabilidades fundamentais, ou seja, como ecologias políticas locais estão em conflito com os imperativos da economia política do agronegócio, pois diferentes grupos atribuem significados culturais diferentes à natureza.

Este estudo também permite dar continuidade ao esforço de proposição de um projeto científico para inserir uma agenda efetivamente ecológica nos Estudos Organizacionais no Brasil, repensando a relação sociedade-natureza na área (Jermier & Forbes, 2016; Marquesan & Figueiredo, 2018), bem como dar mais visibilidade as organizações de resistência que desempenham um papel fundamental na luta por justiça hídrica.

Fontes de financiamento

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo auxílio financeiro concedido durante a realização da pesquisa.

Referencias

Alvesson, M., & Willmott, H. (2002). Identity regulation as organizational control: Producing the appropriate individual. *Journal of Management Studies*, 39(5), 619–644. <https://doi.org/10.1111/1467-6486.00305>

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2016). *Plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande*. ANA. <https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2020/01/PRH-DA-BACIA-DORIO-VERDE-GRANDE.pdf>

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2017). *Resolução nº 1.043, de 19 de junho de 2017*. ANA. https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/ANALegis/1043-2017_Ato_Normativo__LEGIS.pdf?165010

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2021). *Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada*. Brasília. <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/storymaps/stories/a874e62f27544c6a986da1702a911c6b>

Anaya, F. C., & Espírito-Santo, M. M. (2018). Protected areas and territorial exclusion of traditional communities: Analyzing the social impacts of environmental compensation strategies in Brazil. *Ecology and Society*, 23(1), 1–13. <https://doi.org/10.5751/ES-09850-230108>

Associação Movimento Carta de Morrinhos. (2015). *Carta de Morrinhos-MG*. https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/carta_morrinhos.pdf

Banerjee, B., Maher, R., & Krämer, R. (2021). Resistance is fertile: Toward a political ecology of translocal. *Organization*, 30(2), 264–287. <https://doi.org/10.1177/1350508421995742>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Bruno, R. (2007). A atualidade de Florestan Fernandes: o entrelaçamento entre arcaico e moderno como traço constitutivo da sociedade brasileira.

Palestra proferida na I Conferência Vozes de Nossa América. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Centro de Agricultura Alternativa. (2017). *7º Encontro da Articulação Vazanteiro sem Movimento é realizado no Quilombo da Lapinha*.
<https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/7-encontro-da-articulacaovazanteiros-em-movimento-e-realizado-no-quilombo-da-lapinha>

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. (2021). *Jaíba - Etapa I. Elenco de projetos em implantação*. Brasília.
<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-producao/jaiba-etapa-i-mg>

Courpasson, D., Dany, F., & Clegg, S. (2012). Resisters at work: Generating productive resistance in the workplace. *Organization Science*, 23(3), 801–819. <https://doi.org/10.1287/orsc.1110.0657>

Comissão Pastoral da Terra. (2011). *Comunidades Vazanteiras dão início à autodemarcação de seus territórios tradicionais*. Brasília: CPT – Nacional.
<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/720-comunidadesvazanteiras-dao-inicio-a-autodemarcacao-de-seus-territorios-tradicionais>

Comissão Pastoral da Terra. (2025). *Conflitos por terra e água aumentam e revelam o acirramento da violência no campo brasileiro em 2024*. Brasília: CPT – Nacional. <https://cptnacional.org.br/2025/04/23/conflitos-por-terra-e-agua-aumentam-e-revelam-o-acirramento-da-violencia-no-campo-brasileiro-em-2024>

Daskalaki, M., & Kokkinidis, G. (2017). Organizing solidarity initiatives: A socio-spatial conceptualization of resistance. *Organization Studies*, 38(9), 1303–1325. <https://doi.org/10.1177/0170840617709304>

Dell'Angelo, J., Navas, G., Witteman, M., D'Alisa, G., Scheidel, A., & Temper, L. (2021). Commons grabbing and agribusiness: Violence, resistance and social mobilization. *Ecological Economics*, 184, 107004, 1–13.
<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2021.107004>

Duarte-Abadía, B., & Boelens, R. (2016). Disputes over territorial boundaries and diverging valuation languages: The Santurban hydrosocial highlands territory in Colombia. *Water International*, 41(1), 15–36.
<https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1117271>

- Fleming, P., & Spicer, A. (2007). *Contesting the corporation: Struggle, power and resistance in organizations*. Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511628047>
- Hespanhol, C. (2015). Nem água nem terra. *Pública - Agência de Jornalismo Investigativo*, 30 set. <https://apublica.org/2015/09/nem-agua-nem-terra/>
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas. (2020). *SF9 - CBH do Médio São Francisco*. Belo Horizonte. <http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais-mg/sf9-cbh-medio-sao-francisco>
- Jermier, J. M., & Forbes, L. C. (2016). Metaphors, organizations and water: Generating new images for environmental sustainability. *Human Relations*, 69(4), 1001–1027. <https://doi.org/10.1177/0018726715616469>
- Leal, A. F., & Brandão, C. R. (2019). *Tempos e espaços nas comunidades rurais do Alto e Médio São Francisco em Minas Gerais: Uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças de modos de vida em comunidades rurais e ribeirinhas*. Uberlândia: UFU. <https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2019/02/TEMPOS-E-ESPA%C3%87OS.pdf>
- Madrigal, J. G., Cauwenbergh, N. V., Ochoa-Garcia, H., & Van der Zaag, P. (2024). Can grassroots movements in water conflicts drive socio-technical transitions in water management systems?. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 51, 1–14. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2024.100837>
- Marquesan, F. F. S., & Figueiredo, M. D. (2018). Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos Estudos Organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 25(85), 264–286. <https://doi.org/10.1590/1984-9250855>
- Martins, B. M., Ferreira, P. A., Amâncio, J. M., Santos, M. M., & Teixeira, M. B. S. (2022). Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): um estudo comparativo sobre a formação e organização. *Estudos de Administração e Sociedade*, 7(1), 19–38. <https://doi.org/10.22409/eas.v7i1.53370>
- Minas Gerais. (2021). *Assinatura digital de escrituras agiliza processo de Regularização Fundiária no Projeto Jaíba*. Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura.
<http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/4152-assinatura-digital-de-escrituras-agiliza-processo-de-regularizacao-fundiaria-no-projeto-jaiba#:~:text=Localizado%20no%20Norte%20do%20estado,Governo%20de%20Minas%2C%20por%20meio>

- Moura, J. T. V., Cavalcante, L. V., Jara, C. E., Saettone, J., Fernandes, B. M., Villalba, A. E., Bitencourt, S. O. M., & Bolañez, C. Y. F. (2024). A Political Ecology of Resistance: Actions and Reactions of Agrarian Socio-territorial Movements in Latin America. *Latin American Perspectives*, 51(1), 40–62.
<https://doi.org/10.1177/0094582X241242418>
- Mumby, D. K., Thomas, R., Martí, I., & Seidl, D. (2017). Resistance Redux. *Organization Studies*, 38(9), 1157–1183.
<https://doi.org/10.1177/0170840617717554>
- Naves, F., & Fontoura, Y. (2022). Consciência crítica e resistência: reflexões Freirianas sobre a formação do movimento agroecológico em Araponga, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(2), 289–301.
<https://doi.org/10.1590/1679-395120210081>
- Otto, B., & Böhm, S. (2006). “The people” and resistance against international business: The case of the Bolivian “water war”. *Critical Perspectives on International Business*, 2(4), 299–320.
<https://doi.org/10.1108/17422040610706631>
- Palhares, J. V., Rosa, K. L. S., Ribeiro, P. F., Avelar, G. S. M., & Carrieri, A. P. (2026). Raízes do agronegócio como modelo de desenvolvimento neoextrativista. *GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 24(1), e268059.
<https://doi.org/10.51359/1679-1827.2026.268059>
- Paula, M. C. (2015). As terras e a água do Projeto Jaíba para os pequenos irrigantes e camponeses!. *A Nova Democracia*, set. 2015.
<https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/as-terras-e-a-agua-do-projeto-jaiba-para-os-pequenos-irrigantes-e-camponeses/>
- Peixoto, F., Soares, J. A., & Ribeiro, V. S. (2022). Conflicts over water in Brazil. *Sociedade & Natureza*, 34, e59410. <https://doi.org/10.14393/SN-v34-2022-59410>
- Pignati, W. A., Soares, M. R., Corrêa, M. L. M., & Leão, L. H. da C. (2022). O caráter pandêmico dos desastres socioambientais e sanitários do agronegócio. *Saúde em Debate*, 46(2), 467–481. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E231>
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179–195.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>
- Porto-Gonçalves, C. W. (2008). De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: A. E. Ceceña

(Ed.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación* (pp. 37–52). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521>

Ribeiro, W. C., Santos, C. L. S., & Silva, L. P. B. (2019). Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, 1(2), 11–37.
<https://doi.org/10.48075/amb.v1i2.23619>

Rodríguez-Labajos, B., & Martínez-Alier, J. (2015). Political ecology of water conflicts. *WIREs Water*, 2(5), 537–558. <https://doi.org/10.1002/wat2.1092>

Santos, J. V. P., Carrieri, A. de P., & Avelar, G. dos S. M. de. (2026). “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”? Panorama dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais. *Revista Tamoios*, 22(1), 210–232.
<https://doi.org/10.12957/tamoios.2026.85023>

Santos, J. V. P., & Oleto, A. (2023). “O rio significa a minha vida. Sem ele eu não sou ninguém”: conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo comunidades tradicionais na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco. In *Anais do 47º Encontro da ANPAD*.

Scantimburgo, A. (2016). O avanço do agronegócio e o aumento dos conflitos pelo uso da água. *Leituras de Economia Política*, 24, 24–57.
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3490/Artigo2.pdf>

Svampa, M. (2013). “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, (244), 30–46.
<https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>

Valenzuela-Fuentes, K., Alarcón-Barrueto, E., & Torres-Salinas, R. (2021). From resistance to creation: Socio-environmental activism in Chile’s “sacrifice zones”. *Sustainability*, 13(6), 1–21. <https://doi.org/10.3390/su13063481>

Zhour, A., Laschefski, K., & Pereira, D. B. (2005). Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In Zhour, A., Laschefski, K., & Pereira, D. B. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais* (pp. 11–24). Belo Horizonte: Ed. Autêntica. <https://doi.org/10.7476/9788542303063>

Zwarteveen, M. Z., & Boelens, R. (2014). Defining, researching and struggling for water justice: some conceptual building blocks for research and action. *Water International*, 39(2), 143–158.
<https://doi.org/10.1080/02508060.2014.891168>

Lista de siglas

ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

CAA: Centro de Agricultura Alternativa.

CBH: Comitê de Bacia Hidrográfica.

Codevasf: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

CPT: Comissão Pastoral da Terra.

DIJ: Distrito de Irrigação de Jaíba.

IEF: Instituto Estadual de Florestas.

Igam: Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

ONG: Organização Não Governamental.

PNRH: Plano Nacional de Recursos Hídricos.

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais.